



Uma filosofia da crise ou uma crise na filosofia?

Hajime Tanabe

1

No que diz respeito a ser Heidegger dentre os filósofos alemães contemporâneos que desperta muito interesse na recente academia japonesa não deve existir objeção alguma. No ano passado ele se filiou ao Partido Nacional Socialista Alemão (Nazista) e, de acordo com alguns rumores, foi apontado de forma abrupta como Reitor da Universidade de Freiburg em um momento em que a política de pensamento do governo hitlerista expulsava os professores de origem judaica da academia, consolidando assim a transformação da universidade em um baluarte da dominação estatal instrumentalizado por professores nacionalistas. Que um professor de quarenta e quatro anos e jovem sob o ponto de vista ocidental, que só tinha retornado para esta universidade há quatro anos e reconhecido como efetivo apenas no presente momento tenha sido indicado para um cargo considerado tradicionalmente como apanágio de professores veteranos é algo que pode apontar para o tipo de expectativa nele depositada em um momento de crise. Ouvi falar em sua Conferência de posse no cargo de Reitor, que foi proferida durante esta cerimônia diante da totalidade dos docentes e discentes da universidade e intitulada “A autoafirmação da Universidade alemã”, mas ainda não me foi possível acessá-la em sua totalidade. No entanto, me foi dado saber por meio da boa vontade de um colega mais velho que foi publicado um resumo desta conferência em um jornal alemão sob o título de “O dever da academia na defesa do estado”. Assim sendo, não tenho no presente momento condições de verificar até que ponto este resumo no jornal transmite satisfatoriamente a verdadeira intenção desta conferência. Posso acrescentar a isto que minha intenção principal aqui não é avaliar a conferência de Heidegger, mas consiste em expressar minha impressão geral em relação a ela, acredito que não me seja vedado de todo expressar aqui minha impressão a respeito dela conforme resumida neste jornal.

De acordo com Heidegger, a universidade alemã é uma instituição de ensino superior que visa formar quadros capazes de liderar e proteger o destino do povo alemão partindo da disciplina acadêmica e tendo a esta disciplina por sua mediação. Em função disto, a vontade que busca desenvolver a essência da universidade alemã é uma vontade em sua relação com a disciplina acadêmica, é uma vontade que busca cumprir a missão histórica e espiritual do povo alemão fazendo com que a nação tome consciência de si por meio do Estado. Bem, a essência da atividade acadêmica expressa apenas a autoconsciência filosófica da pessoa que se interessa a respeito do seu fundamento. Em termos históricos, o surgimento da filosofia grega nada mais é do que o aparecimento deste fundamento. A investigação acadêmica foi uma criação da aspiração da humanidade ocidental em compreender e articular a totalidade da existência por meio do Logos.

No entanto, conforme foi apontado por Êsquilo, o conhecimento possui um poder muito fraco caso seja comparado com o destino. O caráter não calculável e a ausência de linearidade do ser tornam-se no fundamento da verdade em sua relação com o conhecimento. Em função disto, no momento em que o conhecimento se esforça para conhecer a totalidade do ser sem a nada ocultar, sua impotência o reduz a um zero. O conhecimento é uma criação que nasce da impotência. A isso chamamos de teoria. Ao mesmo tempo, a teoria é uma atividade (energia). Para os gregos, a teoria era a realização suprema da pura atividade. A atividade acadêmica não é uma construção da superestrutura cultural, ela se constitui como o centro da totalidade das determinações internas da existência humana conforme definida pelo estado nacional. Ela é uma interrogação que surge a partir de um passo que é dado em meio ao ser que nadifica permanentemente uma totalidade que surge como um destino incontável. A determinação inabalável desta atividade tem por seu centro a autoconsciência da impotência do si mesmo diante do destino. No entanto, posteriormente aos gregos, este núcleo foi perdido na Idade Média em função da visão de mundo da teologia cristã e na modernidade em função do pensamento matemático da tecnologia, sendo esquecido este fundamento da investigação acadêmica. Em função disto, a renovação e a realização deste fundamento passam a ser procuradas não no passado, mas no futuro. No momento em que a força suprema deste fundamento se realiza no futuro, o estudo acadêmico torna-se necessariamente na modalidade mais interna da existência humana. Sua essência consiste em buscar a nulidade do ser sem nada encobrir do surgimento desta interrogação pisando em meio à angústia presente na totalidade do ser. Por essa razão, o povo pode elucidar o mundo dos perigos internos e externos em sua relação com o si mesmo. Isso nada mais é do que o mundo espiritual da verdade. No entanto, isso acontece porque o espírito constitui-se em uma decisão que deriva de um conhecimento direto da essência do ser. O mundo espiritual da nação é algo que se torna consciente em função da obscuridade do poder do povo cuja profundidade desconhece um fim e que se enraíza no solo e no sangue, que surge do mais intenso furor e da fonte mais ampla disto na dimensão mais profunda de sua existência. Apenas a grandeza deste mundo espiritual se constitui como a grandeza da nacionalidade. O futuro da nação alemã depende da decisão de optar pela sua grandeza ou pela sua ruína.

Esse pensamento nega necessariamente a liberdade na universidade. De acordo com Heidegger, o trabalho acadêmico se exerce paralelamente à defesa nacional ou ao esforço de guerra, implica o mais penoso desvelamento da existência humana em meio ao desvelamento do próprio ser. A imprevisibilidade da existência que busca a interrogação pelo saber é bloqueada em meio à antecipação do esforço e do combate do povo se dissolvendo por fim no Estado. Na universidade, os professores e estudantes colaboram mutuamente em sua comunidade de combate. Ao mesmo tempo, a essência da universidade ou do conhecimento não é esclarecida do dia para a noite. Ela precisa ser acompanhada por uma investigação de si e por uma autoafirmação desde os seus fundamentos. Se o espírito do Ocidente irá terminar ou não no caos e na confusão, depende da existência ou não de uma decisão por parte do povo alemão em se tornar uma nação histórica e espiritual. Neste caso, o indivíduo participa enquanto cidadão de uma tomada de decisão coletiva. Diz Heidegger que a juventude expressa a força juvenil desta decisão.

2

O exposto acima consiste em uma visão geral da conferência proferida por Heidegger conforme vista por meio da apresentação feita pelo jornal. Em relação a isto, será possível compreender o sentido positivo do Estado ou da nação sem superar o ponto de vista por ele defendido de uma ontologia da autoconsciência? Será possível consolidar positivamente a fundamentação

metafísica do Estado nacional ou as razões subjacentes à essência da atividade intelectual como um dever de serviço ao Estado apenas em função de princípios como a imprevisibilidade do ser ou a autoconsciência da impotência do conhecimento diante dela? Dúvidas como estas precisam surgir necessariamente. Ao mesmo tempo, não pretendo no momento proceder a uma avaliação acadêmica por meio das fontes imperfeitas que foram apresentadas. Penso apenas em colocar em xeque sua visão do pensamento filosófico grego como o fundamento que expressa a investigação acadêmica ocidental. Ao mesmo tempo em que ele o situa como a mediação necessária em relação à interpretação essencial da interrogação acadêmica, ele reconhece sua essência como consistindo na autoconsciência da impotência do conhecimento em relação à existência enquanto destino e aponta para esta contemplação como consistindo apenas em um aspecto do serviço necessário da nação enquanto enraizada na profundidade da imprevisibilidade do ser, mas gostaria de questionar se é possível pensar desta forma e de maneira completa a relação entre a interrogação acadêmica e o Estado. É desnecessário dizer que a filosofia grega em sua concepção é representada pela teoria em Aristóteles. No entanto, Aristóteles não era produto de uma cidade-estado poderosa, ele era uma pessoa que, mesmo residindo em Atenas, não possuía mais do que uma compreensão precária de seu Estado e de sua política, e que, mesmo tendo se tornado o mestre de Alexandre, não conseguiu exercer quase nenhuma influência em relação ao seu projeto de construir um império mundial com base na cultura grega (Barnett). Se formos expressar isso de uma forma extrema, ele era um filósofo que se limitava a contemplar a crise da política grega. No entanto, se direcionarmos nossa visão para seu mestre Platão, podemos reconhecer que a filosofia passa a desempenhar uma missão completamente diferente. De acordo com estudos recentes, se reconhece que ele era um filósofo prático e que a motivação central de sua filosofia consistia em educar os cidadãos por meio da lei e construir um Estado com base nos ideais do bem, da beleza e da justiça. Para Platão a existência não era simplesmente um destino imprevisível, muito pelo contrário, o destino era algo escolhido pela humanidade e, de acordo com aquilo que é escolhido, a existência se constituía como liberdade por meio dos ideais do bem e da beleza. É natural que ele tenha tentado de diversas formas realizar seu pensamento por meio da política. Na verdade, a paixão pelo Estado constituía-se como a força motivadora de seu pensamento. O objetivo central de sua filosofia era consolidar e fundamentar a política filosófica aristocrática em confronto com a política democrática que condenou à morte seu mestre Sócrates. No entanto, é desnecessário dizer que a fonte mais poderosa desta paixão era o poder espiritual da personalidade de Sócrates. Na verdade a filosofia platônica era uma forma representativa de uma “filosofia da crise”. Uma reforma do Estado baseada na razão humana e em confronto com a crise política, a reforma da ordem dos cidadãos por meio da lei e da educação; se formos excluir uma filosofia como a de Platão, onde poderemos encontrar uma “filosofia da crise”? Ademais, todas as disciplinas acadêmicas além da filosofia se constituíam em uma mediação da educação política da humanidade. No entanto, em uma filosofia como a de Heidegger, que faz da teoria a sua missão suprema em função da tradição aristotélica, a filosofia não tem por seu interesse principal conduzir a política e reformar o Estado. Em função disto, na medida em que ela se limita a contemplar o desenvolvimento do Estado como um destino necessário do ser, ela não possui imanente em si nenhuma capacidade de exercer essa liderança. A superioridade do espírito no conhecimento contemplativo permanece estacionada apenas em uma autoconsciência negativa da impotência entendida como a superioridade conceitual da contemplação. Não é possível esperar desta postura uma liderança efetiva que venha da participação interna na formação do ser. Resumindo, ela se direciona de forma unilateral para o aspecto da “característica da ida”, faltando nela o outro aspecto da “característica do retorno”. Em função disto, a filosofia que possui sua vitalidade na autonomia positiva do espírito racional, e que tem por sua essência o caráter prático

do autodespertar absoluto, no momento em que é constrangida ao ponto de vista desta ontologia da autoconsciência contemplativa, precisa sentir que sua essência enquanto filosofia está sendo posta em risco.

A existência que serve à razão precisa se constituir como uma existência que participa da própria razão. Caso se trate apenas de obedecer ao destino da existência, sua contribuição para a prática, por mais que se possa falar na superioridade da contemplação, isso implica a negação da própria filosofia. Não seria o caso de dizer que a filosofia de Heidegger, além de não se constituir como uma “filosofia da crise”, instaurou ela mesma uma crise na filosofia? Se lembrarmos que a filosofia de Aristóteles tornou-se na Idade Média em uma serva da teologia, talvez não seja um engano afirmar de forma enfática que a crise na filosofia já estava aí instalada.

3

No entanto, se formos pensar a partir de outro ângulo, não seria possível dizer que em sua passagem para Siracusa na tentativa de concretizar o Estado ideal em que pensava, que na medida em que foi aprisionado em um castelo e em que fracassou em sua atividade política, não teria Platão fracassado em sua missão? Na medida em que as tendências políticas do Estado não obedeceram à sua filosofia, isso não teria acontecido porque ele estava submetido à necessidade do destino? Ou ainda, que Sócrates, mesmo tendo mostrado sua bravura no campo de batalha e se revelado um patriota, tenha sido considerado um perigoso criminoso para a ordem estatal e condenado à morte, isso não apontaria para o fato de que as necessidades políticas do Estado possuem um caráter necessário que transcende a filosofia? Ao discutir o sentido histórico de Sócrates, disse Hegel que este representava a libertação do espírito crítico em relação à religião e à política, à atividade livre do pensamento humano, ou, resumindo, à autonomia interna do espírito no contexto da decadência política de Atenas. No entanto, na medida em que esse princípio da interioridade mostrou-se incompatível com a realidade do Estado, isso teve por sua consequência a condenação de Sócrates. Mas mesmo aceitando que sua condenação à morte foi legitimada pela autoridade do Estado, como esta concretização do princípio da autonomia subjetiva já tinha passado a habitar entre os atenienses, ao condenar Sócrates, eles condenaram a si mesmos, conduzindo seu próprio Estado à decadência. Que tenha se desenvolvido aí uma tragédia em seu nível mais elevado é a crítica da filosofia da história em Hegel. No entanto, supondo que seja desta forma, que também a filosofia de Platão enquanto uma “filosofia da crise” tenha surgido como uma filosofia da reforma do Estado por meio da percepção espiritual de Sócrates, que ela não tenha conseguido estabelecer uma mediação com a realidade histórica do Estado e de suas necessidades políticas, que tenha obedecido apenas às demandas do pensamento e que só tenha levantado um ideal eterno para além do tempo, não terá ela se tornado um fator incapaz de liderar a política e que só consegue entrar em choque com ela? Caso seja desta forma, o Estado pode ignorar a filosofia, compreender apenas as necessidades políticas presentes como uma necessidade do destino e chegar a permitir apenas uma filosofia contemplativa. O resultado disto não é senão a crise na filosofia. Desta forma, tanto o Estado quanto a filosofia não reconhecem nenhuma autoridade superior a si mesmos, e como buscam uma autonomia absoluta para si mesmos, caso um deles consiga submeter o outro, estará pressionado necessariamente a negá-lo. No entanto, no momento em que um desses fatores negar o outro, na medida em que aquilo que é negado possui um caráter essencialmente absoluto compartilhado com aquilo que nega (não existe um princípio que reconheça a necessidade de dois absolutos), a negação não se torna na negação do outro, mas na negação de si mesmo. No momento em que o Estado nega a filosofia e reconhece apenas as necessidades políticas presentes como o único critério de sua política, ele não poderá resistir ao julgamento da história mundial. Não existe

um Estado que tenha prosperado por um longo tempo voltando suas costas para a razão. O Estado ateniense que negava a filosofia de Sócrates e de Platão caminhou em direção à sua própria ruína. Ao mesmo tempo, no momento em que a filosofia ignora a necessidade histórica do Estado real e busca satisfação apenas em sua autossatisfação no pensamento, isso significa o abandono da filosofia. É bem sabido que era forte esta tendência na filosofia grega tardia. A filosofia e o Estado devem desenvolver uma relação conflitiva de caráter autônomo sem nenhuma subordinação de um ao outro, e na medida em que correspondem ao momento efetivo e ao momento conceitual de um mesmo absoluto, devem realizar sua unidade concreta. A frase que afirma que “todo racional é real, todo real é racional” aponta para isto. No entanto, esta unidade conflitiva entre o racional e o real não pode possuir um sentido suficientemente concreto em uma filosofia como a de Heidegger que só reconhece a razão enquanto autoconsciência da impotência diante da realidade. Existe uma diferença essencial entre a lógica hegeliana e a teoria em Aristóteles. O conteúdo da lógica em Hegel não é apenas um conceito da existência como na teoria em Aristóteles, ela consiste na realização da autoconsciência da unidade entre a razão e o real mediada pela prática. É ao chegar a este ponto que se desenvolve um caráter trágico que se constitui no pano de fundo da racionalidade real. Esta é a razão porque o idealismo alemão supera a ontologia grega por meio de uma filosofia da liberdade. Ao mesmo tempo em que Heidegger pretende proclamar o sentido nacional da atividade acadêmica alemã, é estranho que ele não enfatize a singularidade da filosofia alemã em seu contraste com a filosofia grega. A filosofia não pode se propor a servir ao estado por meio da contemplação do destino por ele indicada. Assim sendo, para abordar o princípio eterno subjacente à atividade política e transformá-lo em uma força capaz de formar a realidade, é preciso tomar consciência da unidade concreta com o Estado preservando ao mesmo tempo a autonomia, fazendo dela o espírito imanente do Estado. Não será apenas em função desta unidade a partir do interior que se torna possível uma verdadeira contribuição? No entanto, a ação que unifica em termos práticos esse conflito que aparece como uma crise é uma atividade difícil que inclui em seu pano de fundo a possibilidade da tragédia. É possível que tanto a política do Estado quanto o conhecimento da filosofia só possam realizar sua relação mútua em seu verdadeiro sentido por meio da ação dos sábios. Podemos pensar que só desta forma a filosofia da crise, conforme vista em Platão, poderá cumprir com sua missão.

Traduzido do japonês por: Joaquim Monteiro

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.